SEGURIDADE SOCIAL — DESCONTO EM BENEFÍCIO — CARTA ROGATÓRIA

— Não cabe exequatur em Carta Rogatória para desconto em benefício de seguridade social.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Carta Rogatória nº 8.425

Procedência — República Portuguesa

Despacho do Presidente

Carta Rogatória Nº 8.425-1

Proced.: República Portuguesa

Relator: Ministro Celso de Mello (presidente)

Just. Rog.: Tribunal Judicial da Comarca de Almadá

Intdo.: João Carlos Baptista Serra

Dilig.: Proceder ao Desconto de 30% na Reforma Auferida pelo Interessado

A *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal *orienta-se* no sentido de considerar insuscetíveis de cumprimento no Brasil as cartas rogatórias passivas revestidas de caráter executório, *ressalvadas* aquelas expedidas com fundamento em atos ou convenções internacionais de cooperação interjurisdicional. *Exequatur* denegado. *Precedentes*.

A Justiça da República Portuguesa, *em sede de carta rogatória passiva*, solicita, ao Poder Judiciário do Brasil, “*proceder ao desconto de 30% da reforma auferida pelo requerido (...) e que é processada pelo INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social (...) e que sejam depositados na conta da requerente (...)*” (fls. 4).

Pretende-se, desse modo, *em simples procedimento rogatório*, a efetivação, em território brasileiro, de ato de natureza executória.

O caráter executório da medida judicial ora solicitada na presente carta rogatória *basta*, por si só, para *inviabilizar* a pretendida concessão de *exequatur*.

É por esse motivo que o Ministério Público Federal, destacando a natureza essencialmente executória da medida rogada, opinou pela denegação do *exequatur* (fls. 7/8).

Entendo *assistir* razão à douta Procuradoria-Geral da República.

É que a *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal, *em tema de cartas rogatórias passivas*, tem, invariavelmente, *repellido* a possibilidade jurídica de concessão do *exequatur* para efeito de realização, *em território brasileiro*, de diligências de natureza executória:

“*Sempre se entendeu que as cartas rogatórias executórias são insuscetíveis de cumprimento no Brasil. É preciso notar, porém, que*

o caráter executório de uma rogatória se há de aferir, não pela natureza da demanda que lhe dá origem, mas pela finalidade que a anima, traduzida na realização, no Brasil, de atos de constrição judicial inerentes à execução forçada.”

(RTJ 72/659-667, 664, Rel. Min. OSWALDO TRIGUEIRO — trecho do voto do Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE — grifei)

“(…) constitui princípio fundamental do direito brasileiro sobre rogatórias o de que nestas não se pode pleitear medida executória de sentença estrangeira que não haja sido homologada pela Justiça do Brasil.”

(RTR 93/517, 519, Rel. Min. ANTONIO NEDER — grifei)

“A Carta Rogatória é a solicitação de autoridade judiciária estrangeira para autoridade judiciária brasileira, ou vice-versa, tendo por objeto a realização de um ato processual relativo a um pleito. A carta pode ter por escopo a citação; intimação, notificação, inquirição, exames etc... Na tradição do direito brasileiro, inspirada no princípio da cooperação judiciária internacional, sempre se acolheu a Carta Rogatória com a finalidade de citação ou inquirição. Isto já vem do Aviso nº 1, de 1ª de outubro de 1847, contanto que fosse desprovida de caráter executivo (...).

(...) Ora, a jurisprudência desta Corte é pacífica em conceder *exequatur* à Carta Rogatória de intimação, porque ela não requer a prática de qualquer ato de execução.”

(RTJ 103/536; 541, Rel. p/ o acórdão Min. ALFREDO BUZAI — grifei)

Essa orientação jurisprudencial *reiterada* em outros julgamentos do Supremo Tribunal Federal (CR 5.715 — CR 6.958) — *encontra* apoio em autorizado magistério doutrinário, que na análise do tema, e na perspectiva do sistema jurídico brasileiro, adverte que *as cartas rogatórias passivas não podem revestir-se de eficácia executória* (Hermes MARCELO HUCK. “Sentença Estrangeira e Lex Mercatoria”, p. 35/39, item nº 6, 1994, Saraiva; WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALLA. “Tratado de Direito Internacional Privado”, vol. II/408-409, 2ª ed., 1977, RT; AMILCAR DE CASTRO, “Direito Interna-

cional Privado", p. 585-586, item nº 334, 4ª ed., 1987, Forense; AGUSTINHO FERNANDES DIAS DA SILVA, "*Direito Processual Internacional*", p. 170, item n. 179, 1971, Rio de Janeiro; HAROLDO VALLADÃO, "*Direito Internacional Privado*", vol. III/176, 1978, Freitas Bastos; OSCAR TENÓRIO, "*Direito Internacional Privado*", vol. II/370, item nº 1.216, 11ª ed., 1976, Freitas Bastos; MARIA HELENA DINIZ, "*Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*", p. 304, item nº 6, 1994, Saraiva, v.g.).

Vê-se, portanto, que constitui postulado fundamental do sistema normativo brasileiro a *pré-exclusão* de qualquer atividade de índole executória em tema de cartas rogatórias passivas (vale dizer, aquelas expedidas por Tribunais estrangeiros e dirigidas ao Supremo Tribunal Federal), pois, em tal hipótese, impor-se-á a necessária e prévia homologação da respectiva decisão estrangeira, a efetivar-se em procedimento específico a ser instaurado, no âmbito desta Corte, nos termos do CPC (arts. 483 e 484) e do RISTF (arts. 215 a 224).

Em regra, as cartas rogatórias encaminhadas à Justiça brasileira somente devem ter por objeto a prática de simples ato de informação ou de comunicação processual, ausente, desse procedimento, qualquer conotação de índole executória, cabendo relembrar, por necessário, a plena admissibilidade, em tema de rogatórias passivas, da realização, no Brasil, de medidas científicatórias em geral (intimação, notificação ou citação), consoante expressamente autorizado pelo magistério jurisprudencial prevalecente no âmbito desta Suprema Corte (RTJ 52/299 — RTJ 87/402 — RTJ 95/38 —

RTJ 95/518 — RTJ 98/47 — RTJ 103/536 — RTJ 110/55).

Não constitui demasia enfatizar que a *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de considerar *insuscetíveis* de cumprimento, no Brasil, as cartas rogatórias passivas revestidas de caráter executório, *ressalvadas* aquelas expedidas com fundamento em atos ou convenções internacionais de cooperação interjurisdicional, como o "*Protocolo de Las Leñas*" (CR 7.899, Rel. Min. CELSO DE MELLO — CR 7.618 (AgRg). Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), que, no entanto, é *inaplicável* ao caso presente.

No caso ora em análise, observo como precedentemente já enfatizado, que a diligência solicitada pela Justiça rogante reveste-se de caráter executório, eis que visa a obter, junto à autoridade brasileira competente, o desconto de 30% sobre a reforma auferida pelo ora interessado, depositando-se o valor respectivo na conta da requerente.

Sendo *insuscetível* de cumprimento, em nosso País, mediante *simples procedimento rogatório*, a diligência em questão, *indefiro* a concessão do pretendido *exequatur*.

Assim sendo, considerando as razões expostas, e nos termos do parecer da douta Procuradoria-Geral da República, *denego* o *exequatur*, e em consequência, determino a *devolução*, por via diplomática, da presente comissão rogatória.

Publique-se.

Brasília, 04 de setembro de 1998.

Ministro CELSO DE MELLO

Presidente